



um plano de gestão ambiental e, como bem lembrado, não temos a possibilidade de escolhermos outro manancial para o abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O que será crucial é uma atuação mais rigorosa da FEEMA, que, em parceria com a CEDAE, deverá efetuar um constante monitoramento dos despejos industriais no Rio Guandu. Teremos além desta fiscalização a avaliação dos potenciais focos de poluição, e cobraremos uma postura das empresas em resolver tais problemas. Aplicaremos multas pesadas no caso de infrações, se for necessário. Além disto, tenho como meta a criação de um comitê interestadual para tentar equacionar com os outros estados a possibilidade da preservação da bacia do Rio Paraíba do Sul. Com relação a alternativas de segurança, o que hoje nos preocupa também é o complexo da Estação de Tratamento de Águas do Rio Guandu. Como se sabe, esta estação é tida como a segunda maior do mundo em volume tratado, e, como lembrado, é a maior participante no tratamento de água para o abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro. Necessitamos de uma estação de reserva, para podermos corrigir falhas ou prestarmos manutenção mais adequada nesta unidade. Soube que no passado existiu um estudo para a construção de uma nova estação que serviria como uma reserva do complexo Guandu. Tenho como meta resgatar este processo que entendo ser importantíssimo para a manutenção das fontes garantidoras de abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Jornal da ASEAC - Como pretende equacionar o dilema de abastecer a população e as indústrias diante da forte pressão sobre os recursos hídricos decorrente do rápido crescimento econômico que o Estado vem experimentando? Notadamente a questão da refinaria de Itaboraí.

Marcelo Crivella - Como todos sabem, nossos recursos hídricos tendem a se esgotar ao longo dos anos, se não forem preservados. Atualmente contamos com vários projetos que emperraram nas vias burocráticas e em discussões infundáveis a respeito da responsabilidade de cada setor envolvido. Deve-se ter como meta sempre o abastecimento de água de toda a população, pois como já citei

Fotos: Arquivo / Alexandre Loureiro



"Temos que tentar equacionar com os outros estados a preservação da bacia do Paraíba do Sul"

anteriormente, água é saúde e saúde é dever do Estado. A implantação do pólo petroquímico no município de Itaboraí vai alavancar muito não só esta região como as regiões que a circundam, o que demandará estudos profundos a respeito desta implantação, de uma infra-estrutura de abastecimento de água (quer seja para o consumo da população, como também para o suprimento do comércio e da indústria). Pressões sempre irão existir, pois esta é a consequência do desenvolvimento. O que faremos é encontrar soluções justas em termos sociais.

Jornal da ASEAC - Recentemente, a PRECE-Previdência - o fundo de pensão dos empregados da CEDAE - foi envolvido em escândalos na CPI dos fundos de previdência e a CAC (Plano de Saúde dos empregados da empresa) também enfrenta um processo de sucateamento e desmonte. Em ambos os casos, os empregados denunciam ingerência política e má administração, a mesma visão da subcomissão da CPI dos Correios.

Se eleito, de que forma pretende tratar essa questão, já que das duas instituições dependem as famílias dos trabalhadores e os aposentados da CEDAE?

Marcelo Crivella - Temos que colocar como foco a preservação da segurança econômica das pessoas que contribuíram para a formação da Companhia. Elas se dedicaram ao bem estar comum e, ao longo dos anos, contribuíram para terem uma aposentadoria tranquila. Seus direitos devem ser preservados. Por outro lado, devemos apurar todas as informações e verificar a quem cabe o ônus real da improbidade administrativa, punir os culpados, mas priorizar sempre a viabilização econômica e financeira dessas instituições, pois delas dependem várias famílias. Entretanto, devemos ter em conta que a PRECE e a CAC são geridas por um presidente externo, que na maioria das vezes são funcionários aposentados, e por uma "Comissão de Funcionários da CEDAE", que possuem direito a voto, sendo que todas as contas são analisadas e aprovadas por eles.

"Nosso foco deve ser a segurança daqueles que contribuíram com a formação da Companhia. Seus direitos têm de ser preservados"



MILTON TEMER

Temer quer, a CEDAE 100% PÚBLICA

Candidato do PSOL não tem dúvidas quanto à necessidade da gestão pública para os serviços de saneamento no Estado

De maneira clara, curta e objetiva, o candidato do PSOL ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Milton Temer, se posicionou contrário à privatização da CEDAE. “Não há dúvida quanto à necessidade de manter a CEDAE cem por cento pública. As tentativas de privatização da CEDAE no ano passado revelam que a empresa é cobiçada pelos capitais privados. No nosso governo diremos não à privatização”, afirmou taxativo.



Milton Temer
Partido: PSOL

Jornal da ASEAC - Qual a sua visão com relação ao quadro do saneamento no Estado do Rio de Janeiro?

Milton Temer - O principal problema está no tratamento de esgotos. As obras são iniciadas mas nunca concluídas. Um caso típico é o do PDBG. A Estação Alegria, no Caju, por exemplo, foi inaugurada umas três vezes e até hoje não funciona. É preciso estabelecer um cronograma de obras com dotação orçamentária que não seja mera ficção.

Jornal da ASEAC - A CEDAE vem sendo sucateada há alguns anos, sempre servindo aos governos, nunca ao Estado e, por isso, não consegue cumprir integralmente a sua função de atender a toda a população com serviços de saneamento. Qual a sua proposta para o modelo de gestão da Companhia?

Milton Temer - Proponho um modelo de gestão que recoloca a CEDAE sob a condução técnica de seus engenheiros e especialistas. A CEDAE não é deficitária. Seus recursos devem ser aplicados na melhoria e ampliação de seus serviços. Existe também a preocupação

com uma ética republicana, no sentido de zelar pela coisa pública.

Jornal da ASEAC - Os técnicos da companhia reclamam de mais autonomia para a CEDAE, de forma que a empresa possa ganhar eficiência e se reestruturar para se modernizar administrativa e operacionalmente, sem ingerência política em suas áreas técnicas. Como o senhor pretende conduzir esse problema? Haverá um contato de gestão entre a CEDAE e o Governo?

Proponho um modelo que recoloca a CEDAE sob a condução de seus engenheiros

Milton Temer - Nossa idéia é dar autonomia técnica à CEDAE, cabendo ao governo a condução da política de saneamento.

Jornal da ASEAC - A Companhia já enfrentou diversas pressões de alguns governos para privatizar os serviços: primeiro a tentativa de venda da empresa, no final da década de 90; depois, a tentativa de venda de 51% de suas ações; e mais recentemente a tentativa de cisão da empresa em seis. Qual a sua proposta para o modelo de gestão da empresa? Objetivamente, o senhor pretende manter a CEDAE pública?

Milton Temer - Não há dúvida quanto à necessidade de manter a CEDAE cem por cento pública. As tentativas de privatização da CEDAE no ano passado



revelam que a empresa é cobiçada pelos capitais privados. No nosso governo diremos não à privatização.

Jornal da ASEAC - A proposta de marco regulatório em discussão no Congresso prevê a gestão cooperada do saneamento entre estados e municípios. Como o senhor pretende orientar esse relacionamento na área de saneamento, já que a tendência é de que os municípios atuem em conjunto com o Estado nas regiões metropolitanas? Teremos nos municípios parceiros estratégicos e institucionais?

Milton Temer - É correta a visão de gestão compartilhada. Mas o problema é que poucos municípios têm a capacitação técnica necessária. A primeira coisa a fazer é capacitar tecnicamente os municípios.

Jornal da ASEAC - O Estado do Rio é extremamente dependente de uma única fonte de abastecimento - o Paraíba do Sul, cuja bacia abrange três estados da Federação SP, RJ e MG - que hoje sofre um rápido processo de degradação. Que medidas o senhor vislumbra para preservar esse importante manancial e buscar alternativas de segurança para abastecer especialmente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro?

Milton Temer - O governo do Estado tem sido muito omissivo no que toca à sua participação no comitê de gestão da Bacia do Paraíba do Sul (CEIVAP). É preciso que o governo

do Estado tenha uma ação proativa junto ao comitê.

Jornal da ASEAC - Como pretende equacionar o dilema de abastecer a população e as indústrias diante da forte pressão sobre os recursos hídricos decorrente do rápido crescimento econômico que o Estado vem experimentando? Notadamente a questão da refinaria de Itaboraí.

Milton Temer - A idéia é fortalecer os comitês estaduais de gestão de bacias. Em Itaboraí, por exemplo, o comitê de bacia deve reunir a refinaria e os demais usuários para equacionar conjuntamente os problemas. Atualmente o governo do Estado só consulta os interesses dos grandes usuários.

Jornal da ASEAC - Recentemente, a PRECE-Previdência - o fundo de pensão dos empregados da CEDAE - foi envolvido em escândalos na CPI dos fundos de previdência e a CAC (Plano de Saúde dos empregados da empresa) também enfrenta um processo de sucateamento e desmonte. Em ambos os casos, os empregados denunciam ingerência política e má administração, a mesma visão da subcomissão da CPI dos Correios. Se eleito, de que forma pretende tratar essa questão, já que das duas instituições dependem as famílias dos trabalhadores e os aposentados da CEDAE?

Milton Temer - A nossa proposta é a de uma gestão democratizada, participativa e transparente, tanto na PRECE como na CAC.



Fotos: Arquivo / Alexandre Loureiro

"A empresa é cobiçada pelo capital privado. No nosso governo, diremos não à privatização da CEDAE"



SÉRGIO CABRAL

QUALIDADE NA GESTÃO

Sérgio Cabral defende a busca da eficiência na CEDAE

“Promover um modelo de gestão do Estado, comprometido com a eficiência” – este foi o compromisso do senador Sérgio Cabral, caso eleito governador do Rio. O senador respondeu todas as questões, como os demais, mas não foi muito objetivo ao responder a pergunta direta sobre se pretende manter a CEDAE pública ou privatizá-la. Na entrevista ao Jornal da ASEAC, prometeu celebrar um contrato de gestão entre o Estado e a CEDAE, medida que ele considera essencial para a regulação da relação jurídica existente entre eles. Sobre o modelo de gestão público defendido pelos empregados da empresa, declarou apenas o seguinte: “O meu compromisso é com uma empresa de qualidade, que mostre serviço eficiente. O nosso desafio é fazer da CEDAE uma empresa pública de referência em todo o Brasil. Vamos motivar os funcionários, prestigiá-los porque, afinal, sem eles essa tarefa não terá êxito”. A íntegra da entrevista é a seguintes:



Sérgio Cabral
Partido: PMDB

coleta e tratamento de esgotos nos municípios da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara ainda não atendidos. Irei também dar toda atenção à conclusão do projeto de esgotamento sanitário das regiões de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, que é um dos maiores projetos de saneamento em execução no Brasil e irá beneficiar uma população de 670.000 habitantes.

Jornal da ASEAC - A CEDAE vem sendo sucateada há alguns anos sempre servindo aos governos, nunca ao Estado e, por isso, não consegue cumprir integralmente a sua função de atender a toda a população com serviços de saneamento. Qual a sua proposta para o modelo de gestão da Companhia?

Sérgio Cabral - Eu pretendo promover um modelo de gestão do estado comprometido com a eficiência. Todos os órgãos públicos, sejam da administração direta, sejam da indireta, terão gestão profissional. A CEDAE

Jornal da ASEAC - Qual a sua visão com relação ao quadro do saneamento no Estado do Rio de Janeiro?

Sérgio Cabral - Assim como em todo Brasil, o Estado do Rio de Janeiro também enfrenta o problema da baixa cobertura de saneamento e de tratamento do esgoto na maioria dos seus municípios. Como governador vou estabelecer convênios com os municípios para implantar redes de esgotamento sanitário onde elas ainda não existem, ou existem de maneira insuficiente. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara é o maior conjunto de obras de saneamento já realizado nos últimos 30 anos no Estado do Rio de Janeiro. O Programa começou com o PDBG I e

atualmente estão sendo desenvolvidas as ações previstas no PDBG II, que como governador vou concluir. Além disso, me comprometo a realizar o PDBG III, ampliando os sistemas de

Quero um modelo de gestão do Estado comprometido com a eficiência



precisa de uma gestão que reduza as perdas físicas, causadas por vazamentos e desperdício de água, através de programas de conscientização do consumidor. É preciso também realizar o combate às ligações clandestinas e rever a estrutura tarifária da empresa para a diminuição da inadimplência. Além disso, a CEDAE precisa urgentemente de investimentos na substituição da rede de distribuição.

Jornal da ASEAC - Os técnicos da companhia reclamam de mais autonomia para a CEDAE, de forma que a empresa possa ganhar eficiência e se reestruturar para se modernizar administrativa e operacionalmente, sem ingerência política em suas áreas técnicas. Como o senhor pretende conduzir esse problema? Haverá um contrato de gestão entre a CEDAE e o Governo?

Sergio Cabral - A CEDAE é uma empresa pública que presta serviço essencial para a população do nosso Estado. Em sendo assim, o compromisso com a eficiência administrativa e com os princípios da governança corporativa, com total transparência,

são imperativos para que ela preste um serviço com cada vez maior qualidade, com menores custos. A celebração de um contrato de gestão entre o Estado e a empresa é essencial para a regulação da relação jurídica entre eles existente.

Jornal da ASEAC - A Companhia já enfrentou diversas pressões de alguns governos para privatizar os serviços: primeiro a tentativa de venda da empresa, no final da década de 90; depois, a tentativa de venda de 51% de suas

"A CEDAE é uma empresa pública que presta um serviço essencial à população"

ações; e mais recentemente a tentativa de cisão da empresa em seis. Qual a sua proposta para o modelo de gestão da empresa? Objetivamente, o senhor pretende manter a CEDAE pública?

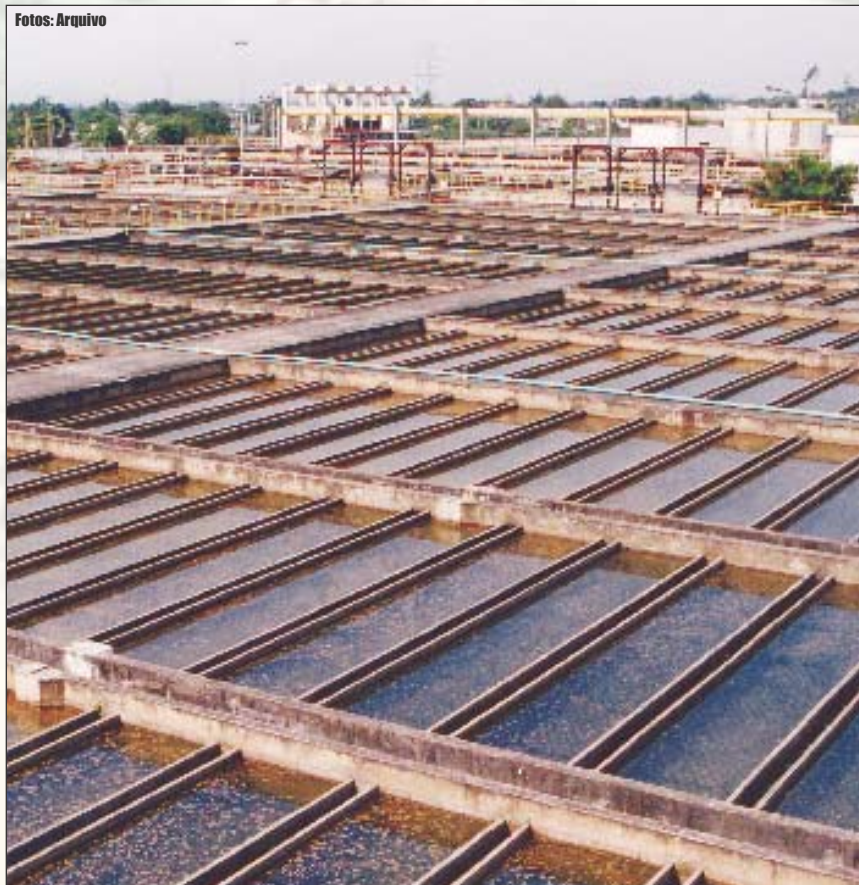
Sergio Cabral - O meu compromisso é com uma empresa de qualidade que mostre serviço eficiente. O nosso desafio é fazer da CEDAE uma empresa pública de referência em todo o Brasil. Vamos motivar os funcionários, prestigiá-los porque, afinal, sem eles essa tarefa não terá êxito.

Jornal da ASEAC - A proposta de marco regulatório em discussão no Congresso prevê a gestão cooperativa do saneamento entre estados e municípios. Como o senhor pretende orientar esse relacionamento na área de saneamento, já que a tendência é de que os municípios atuem em conjunto com o Estado nas regiões metropolitanas? Teremos nos municípios parceiros estratégicos e institucionais?

Sergio Cabral - Atualmente, o Governo do Estado é o responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos de domínio estadual, abrangendo a defesa, conservação e recuperação dos corpos hídricos do Estado do Rio de Janeiro, visando a preservação do meio ambiente e a utilização racional dos recursos hídricos do Estado. O meu Governo fortalecerá o gerenciamento dos recursos hídricos por bacia hidrográfica, respeitando as definições do marco regulatório. Esses recursos hídricos precisam ser tratados de forma que haja a integração da União, do Estado e dos municípios nas áreas de abastecimento e de saneamento. A União Federal e os Municípios serão parceiros estratégicos e institucionais do Estado na área de saneamento e meio ambiente.

Jornal da ASEAC - O Estado do Rio é extremamente dependente de uma única fonte de abastecimento - o Paraíba do Sul, cuja bacia abrange três estados da Federação - SP, RJ e MG - que hoje sofre um rápido processo de degradação. Que medidas o senhor vislumbra para preservar esse importante manancial e buscar alternativas de segurança para abastecer especialmente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro?

Fotos: Arquivo



"A CEDAE precisa de uma gestão que ajude a reduzir as suas perdas físicas"



SÉRGIO CABRAL



“Os recursos hídricos do Estado do Rio recebem alta carga de dejetos industriais e humanos”

Sergio Cabral - No Estado, os recursos hídricos recebem alta carga de dejetos industriais e humanos. O Rio Paraíba do Sul, o principal abastecedor do Estado do Rio de Janeiro, é receptor dos despejos do pólo industrial da Região do Médio Paraíba, recebe alta carga de resíduos orgânicos e é o principal manancial de água potável, exigindo um altíssimo custo para tornar a água utilizável, por conta das estações de tratamento do Estado. O Rio Paraíba do Sul é de domínio federal e o fato de ele ser compartilhado por outros Estados, pressiona ainda mais o sistema ambiental fluminense. É preciso, portanto, que qualquer solução para o Rio Paraíba passe por convênios com a União e os demais Estados por ele abrangidos. Nesses convênios, cada parte assumirá as suas responsabilidades para que seja reduzido o grau de poluição desse importante rio, sendo fundamental o aporte de recursos, especialmente por parte da União Federal.


Jornal da ASEAC - Como pretende equacionar o dilema de abastecer a população e as indústrias diante da forte pressão sobre os recursos hídricos decorrente do rápido crescimento econômico que o Estado vem experimentando? Notadamente a questão da refinaria de Itaboraí.

Sergio Cabral - O Estado do Rio de Janeiro efetivamente vem recebendo grandes investimentos nos últimos anos e receberá ainda mais investimentos nos próximos que virão. Haverá, portanto, um crescimento da demanda por água, que pretendemos

suprir através do combate às perdas do sistema, de investimentos na rede e da conscientização do consumidor para evitar o desperdício de água. Quanto à refinaria de Itaboraí, a União será parceira do Estado nos investimentos necessários para que haja o adequado abastecimento não somente da refinaria, mas também da população de Itaboraí e São Gonçalo.

Jornal da ASEAC - Recentemente, a PRECE-Previdência - o fundo de pensão dos empregados da CEDAE - foi envolvido em escândalos na CPI dos fundos de previdência e a CAC (Plano de Saúde dos empregados da empresa) também enfrenta um processo de sucateamento e desmonte. Em ambos

os casos, os empregados denunciam ingerência política e má administração, a mesma visão da subcomissão da CPI dos Correios. Se eleito, de que forma pretendem tratar essa questão, já que das duas instituições dependem as famílias dos trabalhadores e os aposentados da CEDAE?

Sergio Cabral - A PRECE é um fundo de previdência complementar. No meu Governo ela será gerida com toda a transparência, através de uma administração profissional, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar e por auditoria externa permanente. O mesmo ocorrerá com a CAC, que cumprirá a sua função de custear o tratamento de saúde dos funcionários da CEDAE. 



Fotos: Arquivo / Alexandre Loureiro

“Meu Governo fortalecerá o gerenciamento dos recursos hídricos por bacia hidrográfica”



CANDIDATOS CEDAEANOS

A importância da escolha certa



Flávio Guedes – PSDB - 4500
Deputado Federal

Empregado da CEDAE há 32 anos, já ocupou vários cargos, como Diretor da DOM, Superintendente da Zona Oeste e do Guandu, Chefe da divisão de manutenção e de distritos da Baixada e Presidente da ASEAC. Suas posições em defesa da CEDAE se notabilizaram por seus ASEAC Urgentes, artigos no Jornal da ASEAC e suas posições na mídia, que o transformaram em um dos homens públicos mais conhecidos

e de maior credibilidade junto à família Cedaeana e ao povo do Rio de Janeiro - a cara da CEDAE.

Não mediu esforços quando transformou o Guandu, onde era Superintendente, numa das maiores trincheiras na vitoriosa luta contra a privatização em 1998. Repetiu a dose na luta contra a venda de 49% das ações, como o Governo pretendia em 2001.

Como Presidente da ASEAC, teve em suas mãos um formidável instrumento de luta – UM MANDATO – que de modo digno, junto com o movimento em defesa da Cedae, Cac e Prece, (Staecon, Senge, Sintaeerj, Asapae, Asced, Aftae, Aseac, Astec e forças políticas), utilizou para combater o processo de cisão da CEDAE, que previa a demissão de 69% dos Cedaeanos, luta que se materializou no Ato do dia 11/05/05 na Sacadura Cabral, com mais de 3.000 Cedaeanos. Mandato que utilizou para combater a terceirização e degradação da CAC. Hoje, podemos sentir na pele a diferença da CAC antes e depois da

terceirização. Mandato que utilizou para destacar a falta de transparência na gestão da PRECE, sofrendo por isso duras retaliações. Mas a questão ficou transparente nos trabalhos da CPMI dos Correios, que pôs a PRECE na ordem do dia dos escândalos, demonstrando que, infelizmente, Flávio Guedes estava correto.

As posições de Flávio Guedes sempre foram claras, e o tempo se encarregou de mostrar que eram corretas.

A nossa luta hoje será travada no Congresso Nacional, com a definição do Marco Regulatório para o saneamento, e os Cedaeanos, seus familiares, amigos e vizinhos podem e devem eleger um Deputado Federal comprometido com essa causa, o que a SABESP já fez. E é para isso que Flávio Guedes, credenciado por seu passado de lutas e propostas para um saneamento e uma CEDAE pública, está se candidatando a Deputado Federal, compondo a nova bancada do Rio de Janeiro. (www.flavioguedes.eng.br)



Alcione Duarte – PMN – 33033
Deputado Estadual

Ingressou na CEDAE em 1981 pela Divisão de Obras. Foi servente, apontador-apropriador, mecanógrafo, auxiliar técnico, técnico de saneamento e, entre os anos de 2001 e 2006, diretor por três vezes: Baías de Sepetiba e Ilha Grande, Produção e Tratamento e, por último, a do Interior. Com simplicidade e firmeza na defesa do que considera justo e necessário, contribuiu para a construção do Sindicato dos Urbanitários; foi de sua iniciativa a luta pela última contratação de empregados das empreiteiras (quando o ingresso na Companhia não exigia concurso); disputou eleições no Sindicato dos Urbanitários em

chapas de oposição e lutou pela contratação dos concursados de 1994. Trabalhou sem receber salário por um ano no governo de Marcello Allencar (por sua postura contra a privatização e atitudes que irritaram a administração à época)...

Como diretor, Alcione Duarte também demonstrou ser empreendedor, comprando equipamentos, materiais, ferramentas para garantir condições de trabalho; colocou em funcionamento centenas de quilômetros de redes de abastecimento, priorizando áreas carentes; trouxe para a empresa um convênio polêmico com a Fundação Santa Cabrine; ajudou a dar respeitabilidade à imagem da CEDAE diante do acidente no Rio Pomba, dando assistência permanente e integral à população das regiões afetadas.

Mesmo como diretor, manteve-se firme em suas convicções políticas, intervindo em momentos cruciais da categoria, mobilizando a população para embates: contra a privatização da Barra da Tijuca, subiu em carro de som na porta da Empresa, sempre reafirmando seu compromisso, sua consciência: "Sou peão, sou trabalhador!"; no período em que se discutia a proposta de cisão da Empresa, produziu e assinou um documento que desmentia o então presidente, desqualificava sua pro-

posta e afirmava estar pronto para, junto com os seus colegas, trabalhadores, resistir a mais aquela tentativa de "transformar a CEDAE em negócio", além de ter exposto publicamente (entrevista ao Jornal da ASEAC) sua radical discordância da alta administração da Companhia.

Alcione chegou a entregar o cargo de diretor por ter tido seu assessor (à época, Dr. Briard) exonerado à sua revelia. Não foi por acaso que muitos cedaeanos perseguidos tiveram nas diretorias em que Alcione era titular um "porto seguro"; até o ex-presidente da ASEAC, Flávio Guedes, experimentou esse acolhimento e essa parceria, quando perseguido.

Deve existir quem não simpatize com ele, mas ninguém pode, ao conhecer sua história, não reconhecer que a sua trajetória na Companhia Estadual de Águas e Esgotos tem sido uma demonstração de paixão e de muito respeito a uma empresa que, como ele mesmo diz, "alimenta meus três filhos". Neste projeto eleitoral, defende a sobrevivência da Empresa, o resgate de sua imagem e a manutenção da "CEDAE pública, única e de qualidade".

Seu slogan de campanha é: **"Água: direito de todos – dever do Estado!"**
www.alcioneduarte.com.br



SANEAMENTO AMBIENTAL

SOLUÇÃO SUSTENTÁVEL

ASEAC sugere que Petrobras use misto de água potável e de reúso no Complexo Petroquímico de Itaboraí/São Gonçalo

Preocupada com o impacto ambiental que a implantação do novo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) poderá ter na região de Itaboraí e São Gonçalo, especialmente sobre os recursos hídricos, a ASEAC decidiu propor ao Comitê de Gestão da Baía de Guanabara que sugira a inclusão de um misto de água de reúso e água potável no projeto da Petrobras.

A sugestão foi discutida no último dia 14 de julho na reunião da Câmara Técnica do Comitê Hidrográfico da Baía de Guanabara, que se reuniu na sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro (Crea), para discutir a questão. Participaram do encontro representantes do Conselho, da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim e os engenheiros sanitaristas da ASEAC Maurício Abramant (diretor), Adriano Gama e Flávio Guedes (conselheiros).

Solução ecológica

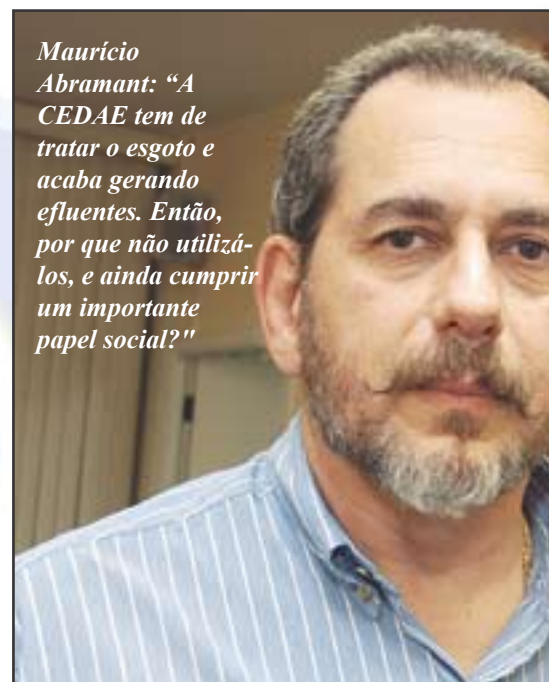
A proposta dos representantes da APA de Guapimirim é mais radical. Eles sugerem que a Petrobrás estude uma realocação para o projeto dentro do Estado do Rio de Janeiro. Mas caso essa hipótese seja descartada, a ASEAC apresentou como alternativa para suprir a demanda de água estimada entre 1,5 e 3,0 m³/seg a opção de que a Petrobras possa usar água dos efluentes das estações de tratamento de esgotos da

CEDAE na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Não seria uma solução muito usual, mas de grande impacto social e ambiental. As nove ETEs da CEDAE na Região Metropolitana, incluindo Niterói e Baixada, geram cerca de 11 m³/seg de efluentes tratados. Mas nossa idéia é centrar a captação na ETE de Alegria, localizada no bairro do Caju”, disse o engenheiro Maurício Abramant, que apresentou a proposta durante a reunião no Crea.

Segundo ele, a Petrobrás poderia dispor dessa água para usos diversos, como em caldeiras, resfriamento etc., e ser abastecida também com água potável para outros usos, como o próprio consumo humano”, explicou Abramant. Segundo ele, é uma coisa simples: a CEDAE tem que tratar os esgotos e acaba gerando efluentes. Então por que não utilizá-los? – indaga. No caso da ETE de Alegria são 5 m³/seg, que poderiam ser canalizados para o Complexo através de um duto de cerca de 30km, menor do que o que será necessário se a Petrobras optar realmente por buscar água no reservatório de Juturnaíba ou no rio Guandu, como vem sendo ventilado.

“E a empresa ainda poderia cumprir um importante papel sócio-ambiental, porque o esgoto, mesmo tratado não seria mais jogado na Baía de Guanabara; a Petrobras teria disponibilidade de água para o Comperj; e ainda reduziria o custo do projeto, reutilizando água. Aliás, isso deve representar menos da metade do que deverá gastar montando um sistema para captar água de regiões mais distantes”, explicou o diretor da ASEAC, ressaltando que é necessário fazer um estudo antes de se garantir a viabilidade da proposta. Ele acredita que não haja nenhum problema, já que a vazão necessária não deverá passar de 3 m³/seg. No seu entender, se a ETE de São Gonçalo, que é mais próxima de Itaboraí, funcionasse bem, poderia suprir parte da demanda do Complexo (a vazão da estação é de 765 l/seg). “Mas o enfoque deve ser sobre a ETE de Alegria”, sentenciou.



Fotos: Arquivo / Alexandre Loureiro



Risco ambiental

Tão logo tomou conhecimento do projeto da Petrobras de instalar naquela bacia o novo complexo petroquímico, a ASEAC passou a alertar para o risco ambiental do empreendimento, “que deve ser muito bem cuidado para não afetar o abastecimento da população pelo Sistema Imunana/Laranjal, que atualmente trata 5,1 m³/seg (embora tenha capacidade para tratar 7 m³/seg) para abastecer Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Paqueta”, lembrou o engenheiro Flávio Guedes, ao fazer uma

"A situação da bacia hidrográfica da região de Itaboraí/São Gonçalo é preocupante. Na falta de chuvas regulares, a CEDAE já corre risco de problemas de disponibilidade de água para tratamento"

exposição sobre a questão durante a reunião do Comitê Hidrográfico da Baía de Guanabara.

O engenheiro, ex-presidente da ASEAC, explicou que a Região Metropolitana, que é extremamente dependente do Sistema Guandu, alimentado com água transportada do rio Paraíba do Sul, já perdeu várias ETAs e rios, devido ao problema de degradação da água, a exemplo das ETAs Santos Malheiros e Caxias. E segundo ele, a situação dos recursos hídricos na região de influência do Comperj é crítica, pois aquela bacia já perdeu o rio Caceribu e hoje depende apenas dos rios Guapiaçu e Macacu, que também sofrem um acelerado processo de degradação. “Aliás, a situação é tão preocupante que, se não chover de forma regular na região, a CEDAE já corre risco de ter problemas de disponibilidade de água para tratamento”, explica Flávio Guedes.

Para ele, a preocupação maior deve ser com os efluentes, pois o Complexo de refino vai estar localizado a montante da captação da CEDAE. Portanto, na hipótese de qualquer acidente na refinaria, haveria reflexos imediatos no abastecimento. “E acidentes acontecem. Por isso, temos de ter toda a segurança do mundo, pois todo problema que não é tratado ou é deixado à sua própria sorte tende a se agravar”, advertiu o engenheiro.

Presente ao encontro, o coordenador da Câmara Técnica de Estudos e Gestão da Baía de Guanabara, Elmo da Silva Amador, defendeu a mudança do local do projeto. “Temos que produzir um documento sobre o assunto, com a participação das entidades, como o Crea, a ASEAC, as entidades ambientais etc. Todos temos obrigação de zelar pela bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, e o Complexo Petroquímico gera um impacto muito grande nela”, advertiu.

O assessor de Meio Ambiente do Crea, Adacto Benedicto Ottoni, chamou atenção para a importância de um amplo debate sobre a questão: “Muitas vezes se implantam os projetos e só depois as entidades se manifestam. Temos que acompanhar de perto e discutir profundamente agora, na fase de planejamento, os fatores positivos e negativos desse projeto da Petrobras, deixando a questão política de lado. É fundamental garantir a sustentabilidade do empreendimento”, concluiu.



Foto: Arquivo





PRECE PREVIDÊNCIA

CULPA NO CARTÓRIO?

Prece tenta impedir na Justiça inspeção do Tribunal de Contas

Seria cômico se não fosse sério. Depois de meses de escândalos e denúncias de desvio de dinheiro dos associados, os dirigentes da PRECE Previdência Complementar – o fundo de pensão dos trabalhadores da CEDAE – entraram na Justiça com um mandado de segurança para impedir que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) fizesse inspeção em suas movimentações financeiras.

A ASEAC vem acompanhando a situação da PRECE e cobrando providências da mantenedora – a CEDAE – e dos órgãos de fiscalização. O fundo de previdência ficou inundado de suspeitas depois que a sub-relatoria da CPI dos Correios encontrou indícios de graves irregularidades nas transações feitas entre agosto de 2002 e agosto de 2005, conforme o Jornal da ASEAC denunciou em sua última edição (maio/junho). Agora, segundo o TCE, há indícios de que pelo menos R\$ 300 milhões podem ter sido desviados nesse período.

Telhado de vidro

A inspeção do TCE na PRECE foi determinada pelo relator Júlio Rabello. Quando o tribunal se preparava para fazer a inspeção, em abril, os conselheiros

receberam do Banco Central um ofício informando também ter encontrado indícios de irregularidades em operações do fundo no mercado de títulos federais durante fiscalização na distribuidora de títulos e valores Laeta S.A.

Segundo informações publicadas no jornal O Globo, no mandado de segurança, a PRECE pede à Justiça que o TCE seja impedido de ter acesso a qualquer documento e que seus fiscais sejam proibidos de ingressar no prédio da Praça Pio X, no centro da cidade. De acordo com a reportagem, os advogados do fundo de pensão alegam que a PRECE não pertence à administração pública, direta ou indireta, e não é autarquia passível de ser fiscalizada pelo Tribunal.

Mas segundo o TCE, ao movimentar dinheiro dos servidores da CEDAE, que é uma empresa pública, o fundo deve ser fiscalizado. A diretoria executiva

da PRECE afirma que, pelas leis complementares, o fundo se submete à fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência e que apenas essa secretaria pode disponibilizar os seus dados. Acrescentou ainda que a iniciativa de ingressar na Justiça foi uma reação à ameaça do TCE de adotar medidas judiciais para obter informações. O TCE quer acesso às atas das reuniões realizadas entre 2004 e 2005 e os planos de aplicação de recursos. O Tribunal quer saber também sobre as transferências de recursos realizadas pela CEDAE.

O escândalo da PRECE

Além do rombo de R\$ 309 milhões no fundo de previdência, denunciado pela CPMI em dezembro de 2005, durante as investigações surgiram indícios de irregularidades envolvendo R\$ 24,3 milhões, através de negócios feitos no mercado secundário de títulos públicos com os chamados CVS, entre 2003 e 2005. Os CVS são papéis emitidos pelo Tesouro Nacional para securitizar os créditos do sistema financeiro contra o Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). De acordo com as informações dos técnicos da CPMI divulgadas no dia 30/01 (edição de O Globo), um conjunto de corretoras, coordenadas pela Euro DTVM, ganhou R\$ 40,3 milhões nesse mercado, comprando e vendendo CVS.

ELEIÇÕES NA CAC / PRECE

REPRESENTANTES NA CAC		
Cargo / Diretoria	Diretor / titular	Suplentes
Dir. Técnico de Desempenho	Luiz Vandelei da Silva Dias	Manoel Arlindo Gomes
Dir. de Assistência ao Empregado	Humberto Luiz Nunes de Lemos	Almir Schuindt
Conselho Deliberativo		
Conselheiro	Roberto Rodrigues Silva	Luiz Carlos Vieira Dantas
Conselheiro	Jorge Luiz Cruz Santos	João Benedito Lorenzon Mello
Conselheiro	Paulo César Quintanilha	Natanael Cassimiro de Farias
Conselho Fiscal		
Conselheiro	Luiz Augusto Ururany Pova	Jorge Damião da Cruz Amado
Conselheiro	Nilson Pereira Leite	Rogério Batista de Jesus

Representantes na PRECE

Diretor Administrativo

Paulo Henri Lopes dos Santos (titular)
Walter José Pereira (suplente)

Conselho Deliberativo

Roquiran Miranda Lima, Maria de Fátima Santos Guerbatin e Cleonice Maia Albano

Suplentes

Antonio Carlos Gusmão, Giovani Caruso de Freitas e Carlos Ruy da Silva

Conselho Fiscal

Lino Lemos de Abreu e Vicente Miles Arantes

Suplentes

José Regis de Lima e Arildo César Nogueira de Castro

